



Carta atlântica de San Sebastián por um desenvolvimento urbano sustentável

Um as cidades ecológicas, atractivas e solidárias

Nós, autarcas e presidentes de redes das principais cidades do Arco Atlântico europeu, reunidos em Donostia-San Sebastián por ocasião da IX Assembleia-Geral da associação, comprometemo-nos mutuamente a respeitar e a promover a carta atlântica de desenvolvimento urbano sustentável.

Preâmbulo

À semelhança do grupo intergovernamental de peritos sobre a evolução do clima (GIEC), a comunidade científica é unânime hoje em reconhecer o impacto directo da actividade humana nas alterações climáticas e nas ameaças que pesam não só sobre a biodiversidade, mas também sobre a população. A urgência de agir é tanto mais flagrante quanto são as populações mais desfavorecidas as primeiras afectadas, nomeadamente pela subida do preço da energia e pela multiplicação dos fenómenos climáticos extremos. Donde a necessidade de adaptar um modelo de desenvolvimento que não é sustentável a longo prazo.

Face a estes desafios, as cidades têm um papel essencial a desempenhar. Com efeito, durante muito tempo, enquanto foi necessário dar resposta a um afluxo maciço de pessoas (80% dos europeus vivem actualmente em cidades), as políticas urbanas ignoraram, em larga medida, as limitações ambientais. Se bem que tardia, a consciencialização do desafio climático pelos poderes locais é agora real e concretiza-se nomeadamente pela aplicação de agendas 21 locais, de planos relativos ao clima, etc. Mas os esforços devem ser redobrados na medida em que grande parte das políticas em matéria de habitação, de transporte, de urbanismo ou de desenvolvimento económico compete às cidades.

Ademais, na era da mundialização, convém associar esta exigência ambiental à manutenção de uma actividade económica criadora de riqueza e de emprego de qualidade. Ora, a explosão do comércio e a emergência de novos intervenientes criam um ambiente concorrencial, particularmente exacerbado entre as cidades e muito amiúde a favor das grandes metrópoles. Ao invés, as cidades situadas na periferia das grandes redes comerciais procuram incessantemente inovar e adaptar-se às evoluções extremamente rápidas dos mercados para continuarem atractivas, garantirem empregos de qualidade e manterem as pessoas no seu território.

Esta situação aplica-se ao Arco Atlântico, cuja situação periférica em relação ao «coração» da Europa é agravada pela falta de acessibilidade. Apesar disso, este território conta com numerosos trunfos entre os quais o dinamismo urbano. Da mesma maneira, possui um património ambiental rico, graças à presença do oceano, bem como uma superfície importante de espaços rurais. Os recursos ambientais do Arco Atlântico são, além disso, relativamente bem preservados devido a uma urbanização inferior ao resto da Europa, apesar da pressão crescente exercida no litoral. Daqui decorre uma qualidade de vida reconhecida de que importa tirar partido.

Com uma longa tradição de relações económicas, humanas e culturais que se estruturou em torno do seu carácter marítimo, o Arco Atlântico constitui um espaço privilegiado de cooperação que, de longa data, é apontado como exemplo na promoção de um desenvolvimento equilibrado do território europeu.

Com a presente Carta, as cidades atlânticas exprimem a vontade de perpetuar esta vocação do espaço atlântico em torno de uma estratégia renovada centrada no desenvolvimento sustentável e na definição de um novo modelo urbano «verde». Este documento pretende superar o âmbito de uma simples declaração de intenções e constituir, em contrapartida, uma primeira etapa rumo à aplicação de um plano de acção à escala da CCAA nos diferentes domínios nele abordados.

Capítulo 1: Aspirar à exemplaridade em matéria ambiental

Estratégias globais mas acções locais: face à mutação climática, a União Europeia fixou-se objectivos ambiciosos em termos de energia posto que tem em vista uma redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa até 2020 e posteriormente no que concerne as cidades, mediante o Pacto de Autarcas. Através da Carta de Leipzig, os Estados-Membros, pela sua parte, concordaram nas recomendações para criar a cidade europeia sustentável. Mas a concretização destes objectivos compete às cidades por meio de iniciativas individuais ou concertadas e, nomeadamente, no âmbito da CCAA.

Assim, comprometemo-nos a:

- **Reduzir o consumo energético dos nossos territórios:** trata-se de uma exigência tanto no plano ambiental, já que o consumo energético é o factor principal de produção de gases com efeito de estufa, como no económico, devido à subida do preço da energia. Face a esta aposta, as acções dos poderes públicos intensificam-se nos domínios cruciais, como a habitação, os transportes e as redes de energia (gás, electricidade, etc.).
- **Limitar a expansão urbana em benefício de um modelo de «cidade compacta»:** o modelo de cidade alargada comporta um custo social, energético e espacial que, atendendo às questões climáticas e de desenvolvimento sustentável, já não é aceitável. Convém, pois, substituí-lo por um modelo que privilegie a densidade, o transporte colectivo, as redes de infraestruturas/serviços e a dimensão social valorizando ao mesmo tempo as políticas de reabilitação urbana que permitem melhorar a qualidade de vida e preservar o património cultural.
- **Melhorar o desempenho energético dos edifícios:** trata-se de visar as normas mais elevadas em matéria de desempenho energético nos imóveis novos e de reabilitar os imóveis existentes com um consumo intensivo de energia. Um esforço muito significativo deve igualmente ser envidado para desenvolver bairros ecológicos e sustentar as fileiras da construção.
- **Promover as energias renováveis:** em função das suas especificidades geográficas, as cidades atlânticas dispõem de um forte potencial de desenvolvimento neste domínio, que está ainda, em larga medida, por explorar: energia eólica, solar, geotérmica, maremotriz, etc. A cooperação pode neste contexto revelar-se um verdadeiro trunfo pelo intercâmbio de experiências e pela comunhão de recursos.
- **Desenvolver transportes públicos eficientes e modos de transporte não poluentes:** face ao uso intensivo do automóvel na cidade, os órgãos de poder local devem intensificar os seus esforços para repensar os modos de deslocação urbana através da oferta de transportes públicos de qualidade e não poluentes, e tomar medidas em benefício dos peões, dos ciclistas ou da partilha de carros.
- **Proteger a biodiversidade atlântica:** no plano marítimo, litoral ou rural, o espaço atlântico beneficia de um património ambiental entre os mais ricos da Europa que constitui um verdadeiro factor de atractividade para este território.
- **Valorizar os resíduos:** desenvolver quantitativa e qualitativamente a reciclagem dos resíduos e transformar, na medida do possível, os resíduos numa fonte de energia.
- **Erigir os poderes locais em exemplo na luta contra as alterações climáticas:** através do património que gerem (edifícios, iluminação pública, etc.) e da sua competência de gestão (transportes, resíduos, aquecimento urbano, etc.), as cidades contribuem significativamente para a emissão de GEE (gases com efeito de estufa). O seu papel específico a favor do interesse geral implica que se tornem activas no domínio das emissões de GEE.

Capítulo 2: Apoiar um desenvolvimento económico sustentável e inovador

Apesar de uma desvantagem associada ao carácter periférico do espaço atlântico, não faltam trunfos às cidades que o compõem, figurando na linha da frente o seu ambiente, que importa valorizar.

Assim, comprometemo-nos a:

- **Reforçar a capacidade do espaço atlântico em matéria de inovação, de I&D e de economia do conhecimento:** este objectivo passa prioritariamente por uma acção de cada cidade para melhorar a sua competitividade e capacidade de inovação. Não obstante, a cooperação atlântica, mediante o intercâmbio de experiências, a comunhão de conhecimentos e de recursos e o estabelecimento de parcerias privilegiadas, é um meio eficaz de acompanhar este esforço.
- **Promover as actividades ecológicas e em particular as energias renováveis:** constituem simultaneamente uma resposta aos desafios do séc. XXI e um forte potencial de desenvolvimento económico para os territórios atlânticos.
- **Apoiar as PME** porque são um importante catalisador de emprego e um vector de dinamismo e de atractividade, nomeadamente para os centros urbanos.
- **Mobilizar-se a favor de uma melhor acessibilidade do espaço atlântico** porque as carências das infra-estruturas de transporte representam um obstáculo ao desenvolvimento e à atractividade das cidades.

Capítulo 3: Reforçar a coesão e a miscigenação social

A escolha de um desenvolvimento dito «sustentável» não pode ter lugar sem uma preocupação clara com o bem-estar presente e futuro da população. Ora os fenómenos mundiais que constituem a mutação climática ou a mundialização do comércio ameaçam em primeiro lugar as franjas mais frágeis da população. Donde a necessidade de não negligenciar a dimensão social na estratégia das cidades atlânticas em matéria de desenvolvimento sustentável.

Assim, comprometemo-nos a:

- **Privilegiar a miscigenação social nas políticas de urbanismo** dando uma importância muito significativa à oferta diversificada de alojamento e de serviços sociais de qualidade e a uma política cultural ambiciosa e para todos os públicos.
- **Apoiar as acções a favor da solidariedade e da coesão social** na via da igualdade entre homens e mulheres, da ajuda às pessoas idosas, às pessoas mais carenciadas, da luta contra todas as formas de discriminação e de uma vida associativa dinâmica.
- **Promover uma mobilidade urbana moderna** pondo a tónica na qualidade dos transportes públicos (tarifação, acessibilidade a todos os tipos de públicos, disponibilização em todo o território) e na promoção de modos de deslocação não poluentes.
- **Envolver e sensibilizar a população nas opções de desenvolvimento urbano** recorrendo a uma política de comunicação moderna e interactiva, fortalecendo a concertação e uma verdadeira política de educação ambiental. Este aspecto é essencial para sensibilizar a população para os desafios climáticos.

Capítulo 4: Apoiar e valorizar a identidade comum das cidades atlânticas

Fruto de uma herança comum que remonta há vários séculos, a identidade atlântica constrói-se igualmente no presente através de especificidades próprias, ligadas nomeadamente ao seu carácter marítimo e sobretudo à vontade de cooperar. Esta identidade atlântica é um trunfo que convém valorizar em prol de um território atractivo para benefício dos habitantes, das empresas e dos turistas.

Assim, comprometemo-nos a:

- **Valorizar o património marítimo das cidades atlânticas:** a maritimidade é incontestavelmente o elemento que confere unidade ao espaço atlântico. Mas o oceano representa sobretudo um potencial em termos de desenvolvimento económico e de turismo para as cidades atlânticas, que convém, porém, preservar face aos danos ao ambiente.
- **Promover as riquezas culturais do espaço atlântico:** desde o período céltico até à era contemporânea, passando pela época dos exploradores e dos descobrimentos, as cidades atlânticas partilham uma longa história comum. Dela decorre um património cultural de grande valor, que importa explorar. Esta riqueza é reforçada por um dinamismo e por uma criatividade artística no seio das cidades que convém valorizar.
- **Intensificar os esforços a favor da qualidade de vida:** o espaço atlântico é composto principalmente por cidades de média dimensão, beneficiando da proximidade do oceano. Mas esta qualidade de vida manifesta-se igualmente nos serviços de transporte, sociais, educativos, culturais, etc. que propõem, e no seu dinamismo.
- **Promover o turismo sustentável:** o espaço atlântico conta com um rico património cultural, natural e geográfico valorizado por uma oferta importante e por um bom nível de equipamentos, infra-estruturas e serviços turísticos. Este sector constitui, conseqüentemente, um importante factor de atractividade e uma vertente muito significativa da economia do Arco Atlântico. No entanto, face à forte pressão que exerce sobre o ambiente e os recursos naturais, é necessário acentuar o cumprimento dos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Capítulo 5: Desenvolver uma cooperação mais aberta, mais eficaz e mais ambiciosa

A Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, assinada pelos 27 Estados-Membros, implica formular estratégias de desenvolvimento urbano integradas com o conjunto dos actores competentes a nível europeu, nacional, regional e local. À escala atlântica, os desafios de desenvolvimento obrigam a repensar a cooperação em bases mais ambiciosas.

Assim, comprometemo-nos a:

- **Desenvolver uma cooperação mais ambiciosa:**
 - Melhorar a governação da cooperação: os objectivos ambiciosos da União Europeia em matéria de cooperação implicam lançar novas formas de cooperação em benefício nomeadamente da governação participativa.
 - Utilizar a cooperação como um meio para realizar acções inovadoras a fim de resolver problemas comuns à escala transnacional.
- **Promover uma cooperação mais aberta e eficaz:**
 - Melhorar a concertação entre os actores atlânticos, em particular com as Regiões, os Estados, as universidades e outros organismos, etc. e identificar os domínios em que poderiam ser desenvolvidas acções comuns. Promover acções concertadas com os centros de investigação, as universidades e os parceiros do sector privado.
 - Reforçar a cooperação para além do espaço atlântico: desenvolver parcerias pertinentes à escala europeia para transmissão de saberes e práticas, levar por diante projectos ambiciosos e conferir mais peso aos valores e aos objectivos promovidos pela CCAA.



Assinando

**a «Carta atlântica de San Sebastián por um desenvolvimento urbano sustentável –
Um as cidades ecológicas, atractivas e solidárias»,**

a cidade de

compromete-se em implementar os objectivos apresentados neste documento.

No dia, em

Nome e cargo de representante político que assina:.....

.....